



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



## PARECER JURÍDICO

AUTUADO: MINAS E GERAIS RECAUCHUTAGEM LTDA	RECURSO
PROCESSO N00369/2005/002/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº F 270/2006	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVISSIMO	
PORTE: PEQUENO	

### I – RELATÓRIO

A Minas e Gerais Recauchutagem LTDA foi autuada em 17.11.2006 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 87, inciso VIII, do Decreto 44.309/2006:

*Art. 87. São consideradas infrações gravíssimas:*

*(...)*

*VIII - prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou SEMAD e suas entidades vinculadas, independentemente de dolo - Pena: multa simples;*

Em razão da autuação foi aplicada multa no valor de R\$ 15.001,00.

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em 07.02.2008, a FEAM manteve a penalidade de multa no valor de R\$ 15.001,00. Ademais, o processo foi encaminhado à autoridade competente para cancelamento da AAF caso o empreendimento estivesse funcionando sem outorga.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado em razão do empreendedor ter prestado informações falsas ao não declarar o uso de poço semi artesiano no empreendimento durante o preenchimento do FCEI . (fl.03).

No recurso a autuada alega, em síntese, que:

- Na vistoria do dia 16.11.2006, o servidor questionou o empreendedor sobre a existência de poço semi artesiano, e este afirmou que havia. Mas como ele estava desativado, não colocou no FCEI.
- A atividade exercida não precisa de grande volume de água, e por isso utilizava recurso hídrico exclusivamente da concessionária local.
- O simples fato do empreendimento possuir um poço semi artesiano não incorre em nenhuma infração. Não há nenhuma prova de que o empreendedor prestou informação falsa ao COPAM.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



- Não foi permitido que a autuada firmasse termo de ajustamento de conduta.
- Não há que se falar em dano ambiental, apenas uma suposta irregularidade, puramente burocrática.
- Requer a conversão da penalidade de gravíssima para grave e a aplicação da penalidade de advertência.
- Requer a aplicação das atenuantes do art. 69, I, "c" (menor gravidade dos fatos), "d" (tratar-se de microempresa), "e" (o infrator colaborou com os órgãos ambientais)

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O autuado não informou a existência de poço semi-artesiano ao órgão ambiental no momento do preenchimento do FCEI, sendo certo que o fato do empreendedor ter omitido a existência do referido posto caracteriza a prestação de informação falsa ao órgão ambiental, restando plenamente configurada a infração em apreço.

Não se cogita a aplicação da penalidade de advertência em caso de infração gravíssima, nos termos do art. 58 do Decreto 44.844/2008, assim como do parágrafo único do art. 1º da DN COPAM 61/2002.

Igualmente, não cabe a conversão da penalidade de gravíssima para grave, pois o enquadramento legal da infração possui estrita consonância com os fatos.

Não se vislumbra a aplicação das circunstâncias atenuantes suscitadas, haja vista que não se comprovou a menor gravidade dos fatos ou a colaboração do infrator com o órgão ambiental. Ademais, o autuado não comprovou ser microempresa.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 10.001,00.

### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada, porém reduzindo o seu valor de R\$ 15.001,00



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



para **R\$ 10.001,00**, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: